

O MERCADO MUNICIPAL DE GOIÁS SEGUNDO OS PRINCÍPIOS ARTÍSTICOS DA CIDADE DE CAMILLO SITTE

THE MUNICIPAL MARKET OF GOIÁS ACCORDING TO CAMILLO SITTE'S ARTISTIC PRINCIPLES OF THE CITY

Karine Camila OLIVEIRA

<karineco@ufg.br>

Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
Professora no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Goiás (UFG), campus Goiás, Cidade de Goiás, Goiás, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6438258072462429>
<https://orcid.org/0000-0001-5774-6979>

RESUMO

A vivência do espaço urbano é sempre uma oportunidade de aprendizado. Através do legado material, isto é, seu patrimônio edificado, a cidade nos ensina como o passado foi vivido, nos traz oportunidades de corrigir erros e potencializar acertos. Foi buscando perceber a cidade e a relação das pessoas com os espaços públicos que Camillo Sitte identificou princípios artísticos, os quais, aplicados na forma urbana viriam conferir qualidade e vitalidade ao espaço. Sua lição ainda é atual no que se refere a aprender com a história das cidades para projetar espaços mais aprazíveis ao cotidiano. Mesmo se tratando de uma reflexão fundamentada essencialmente no campo estético das cidades, Sitte sinaliza muito timidamente através do conceito pinturesco que mesmo os aspectos de arte possuem profunda relação com as tradições e características do lugar. Utilizando os mesmos princípios e buscando aplicar a noção de pinturesco, será aqui analisada a forma do Mercado Municipal de Goiás enquanto conjunto edificado. A atual conformação é resultado de uma intervenção entre os anos 2014-2016, cujo projeto de restauro é particularmente de interesse da análise, ao trazer os elementos que motivaram a atual forma urbana (e seus princípios), considerando as transformações espaciais ao longo da história de intervenções no Mercado e a demanda contemporânea de uso e apropriação.

PALAVRAS CHAVE: restauração; Camillo Sitte; Goiás; Mercado Municipal de Goiás.

ABSTRACT

It's always a learning experience living the urban space. Through the material heritage, like buildings, the cities teach us how the past was lived, bringing us opportunities to correct mistakes and enhance successes. Seeking to understand the cities and how people use public spaces, Camillo Sitte had identified artistic principles, which applied in urban space, would bring quality and vitality. This point is still valid when it comes to learn from the cities' history to design more pleasant spaces for everyday life. Even though it is a reflection essentially based on the aesthetic field of cities, Sitte's painting concept, signs that even the aspects of art have a deep relationship with the traditions and characteristics of the place. Using the same, the spaces of the Municipal Market of Goiás will be analyzed here. The current form of the space is the result of an intervention that happened in the years 2014-2016, focusing in its restoration project, which brings all the elements that became the

today's urban form (and its principles), considering the others spacial transformations throughout history and the contemporary demand for use and appropriation.

PALAVRAS CHAVE: restoration; Camillo Sitte; Goiás; Municipal Market of Goiás.

INTRODUÇÃO

Camillo Sitte influenciou vários pensadores urbanísticos a partir dos seus estudos da estética urbana. A forma das cidades sob uma perspectiva artística revela os princípios que geram qualidade espacial e contribuem para fruição dos usuários em uma escala humana. Essa perspectiva será adotada para tentar compreender a atual estrutura morfológica do Mercado Municipal da cidade de Goiás após a intervenção de 2014-2016, que alterou substancialmente a implantação do conjunto edificado.

Seu estudo de inúmeras cidades levou à percepção de que a forma da cidade antiga seria mais aprazível e sedutora diante das cidades modernas, confusas e monótonas. Basicamente centradas nos espaços públicos, as análises de Sitte levam à constatação de que as praças constituíam necessidade vital de primeira grandeza. Todavia, ao contrário do que se pode supor numa leitura superficial, o estudo de Sitte não indicava retornar às estruturas urbanas antigas. Não é uma questão de reconstruir as cidades medievais, mas de identificar nelas os aspectos artísticos fundamentais que conferiam qualidade ambiental e deleite estético. Identificados, esses princípios deveriam então ser aplicados nos contextos modernos, superando os projetos tecnicistas elaborados apenas com régua e compasso, sem qualquer sensibilidade aos aspectos e tradições locais.

Contra a doença furtiva da regularidade rígida e geométrica, nada mais eficaz que o antídoto da teoria racional. Essa é a única saída para que possamos seguir a trilha da liberdade de criação dos mestres antigos, utilizando de forma consciente, intuitiva e adequada os meios explorados pelos artistas de um tempo em que a arte era um exercício tradicional (SITTE, 1992, p. 36).

Nesta passagem, ficam evidentes as ideias fundamentais do estudo de Sitte. O surgimento da regularidade rígida e geométrica não deixou espaço para a sensibilidade artística (ora tradicional) no exercício de se projetar cidades. Ser racional em projeto se trata de equalizar essa

sensibilidade, a experiência artística e as lições da história “de forma consciente, intuitiva e adequada” às novas demandas de cidade (SITTE, 1992, p. 36). Uma importante percepção da leitura de Sitte é que na cidade antiga a irregularidade, nas suas devidas proporções e relações de localização dos edifícios e monumentos (incluindo mobiliário) se torna aprazível ao criar os efeitos de perspectivas e percursos em que, na escala do observador, os planos verticais estão perfeitamente harmônicos apresentando, muitas vezes, regularidade geométrica (SITTE, 1992).

Com a cidade moderna, o rigor geométrico começa a ser aplicado nas plantas das cidades e interessa mais as medidas, mais os eixos das ferramentas de desenho que os eixos de percurso. Aí está a grande perda, porque os eixos de desenho não oferecem muitas variações, trazendo a monotonia que Sitte condena na cidade moderna. Evidentemente, os usos do espaço público se transformaram ao longo do tempo. A fluidez da vida pública na antiguidade e medieval foi suprimida pela necessidade de privacidade; muito do que acontecia nas grandes praças passou a acontecer em edifícios fechados. Sitte vivenciou as transformações impostas pela Revolução Industrial e sua crítica à cidade que dela resultou não significou negligenciar os novos modos de vida. Segundo ele, ainda que “a necessidade seja mestra”, é possível “esclarecer os aspectos artísticos desta questão, bem como identificar com precisão o que ainda pode ser resgatado, em nosso benefício, das belezas dos conjuntos urbanos antigos” (SITTE, 1992, p. 30).

A praça é o elemento central das análises, é a partir do estudo de várias delas enquanto conjunto edificado (espaços livres mais edificações/monumentos) em diversas cidades da Europa, que Sitte (1992) identifica as características espaciais, ora denominados princípios artísticos. Neste texto, faremos o esforço de abordar esses princípios no Mercado Municipal da cidade de Goiás. Constituído por um complexo de blocos que se voltam para um pátio central, sua implantação já incita um potencial de análise sob a perspectiva de Camillo Sitte, ainda mais considerando que o conjunto praça e edificações caracteriza suporte material para “uma imaterialidade marcada por memórias, sociabilidades, trajetos e usos sociais, o que contribui para a sua continuidade e

existência no cenário urbano do centro histórico” (OLIVEIRA, 2014, p. 95) – isto é, espaço público, palco da vida urbana.

Para compreender a atual forma do Mercado Municipal é necessária uma abordagem histórica, que remonte desde a sua criação. Metodologicamente, um breve panorama dará as noções para compreender em que se fundamentaram as decisões do projeto de restauro de 2014. A contextualização histórica será descrita a partir da iconografia e de fotografias disponíveis, além da parca bibliografia a respeito. Tendo em conta que hoje a forma urbana e arquitetônica do Mercado Municipal resulta da execução deste projeto de restauro, é importante entender seus motivos e intenções. Será utilizada a documentação da análise e aprovação do projeto e de acompanhamento da obra como fonte de pesquisa, além de bibliografias que abordem/mencionem esta intervenção. Ao final, serão discutidos os princípios artísticos que são distintos, ou não, na forma do Mercado Municipal (ou que apareceram nas intenções projetuais).

HISTÓRICO DO MERCADO MUNICIPAL

A cidade de Goiás surgiu a partir de um núcleo minerador no século XVIII e logo se tornou capital da província. Ainda que não existisse uma rede de cidades, o estabelecimento da Coroa Portuguesa neste núcleo era fundamental para a expansão e controle do território da colônia interior adentro. Este posto foi imprescindível para que houvesse diversas atividades comerciais, que se intensificaram com o declínio da mineração ainda no mesmo século. Segundo Oliveira, Dantas e Oliveira (2019), as atividades mercantis eram dispersas pelo território (não há registros que possibilitem um mapeamento das atividades comerciais no núcleo urbano de Goiás). Num esforço de dar maior potencial econômico, “os governantes passaram a planejar a instalação de um ambiente centralizado que pudesse atender às demandas sociais e comerciais da Província de Goiás” (OLIVEIRA; DANTAS; OLIVEIRA, 2019, p. 70).

Com isso, foi determinada a criação do Mercado Municipal da cidade de Goiás em 1864, por iniciativa do governo com vistas a assegurar que a atividade comercial pudesse ser fonte de

arrecadação para a província. O local escolhido, a época se situava no limiar da malha urbana, mas veio sendo abraçado pela ocupação urbana no século XX (ver Figuras 1 e 2). Conformou uma grande praça adjacente a instalação, onde chegavam os mercadores e tropeiros.. A análise da iconografia nos leva a inferir que o Mercado Municipal pode ter constituído um vetor de expansão urbana – quanto à ocupação da Rua XV de Novembro, inclusive influenciando seu uso, que é predominantemente comercial.

Figura 1 - Evolução da malha urbana da cidade de Goiás em 1830 e 1900



Fonte: Galvão Jr. (2007, p. 35) apud Oliveira (2014, p. 73).

Figura 2 - Zoom contextualização da localização do Mercado Municipal: polígono imediatamente à frente da Praça Vinícius Fleury

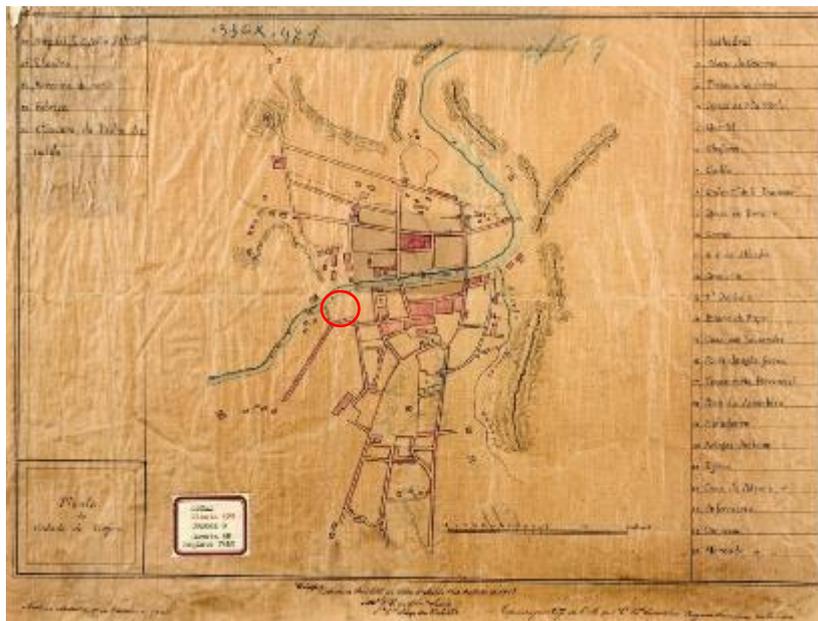


Fonte: Galvão Jr. (2007, p. 35) apud Oliveira (2014, p. 73).

O histórico das transformações espaciais da forma do Mercado, acréscimos, supressões e alterações físicas nos blocos, além das razões de uso - aumento de salas comerciais, adequações ao tipo de comércio, etc., - possuem uma razão bastante peculiar: as enchentes periódicas do Rio Vermelho. Os dados de sítio arqueológico apontam que as tentativas de controle destas cheias tiveram grande influência na conformação espacial do Mercado Municipal, o que é um dado bastante interessante e frequentemente subestimado, quando não negligenciado, em análises da morfologia urbana.

O mapa militar a seguir (ver Figura 3), de 1867, já indica o Mercado Municipal na sua atual localização. Também é parca a documentação a respeito dos aspectos – estilísticos, arquitetônicos, urbanísticos – da edificação onde fora instalado o Mercado Municipal, no século XIX. Sobre isso, Oliveira, Dantas e Oliveira (2019) levantam a hipótese de que se tratava de um edifício originalmente residencial, em estilo colonial, onde os vários cômodos (possivelmente em sequência como é da tipologia colonial) “eram alugados pelos comerciantes durante os dias de transações comerciais. Além disso, acredita-se haver outras edificações no entorno que também eram usadas como pontos comerciais” (OLIVEIRA; DANTAS; OLIVEIRA, 2019, pp. 71-72).

Figura 3 – Mapa da cidade de Goiás de 1867, com destaque da localização do Mercado Municipal.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal (1985).

Embora não tenha sido encontrado o projeto arquitetônico, Coelho (1999, pp. 83-84 apud OLIVEIRA; DANTAS; OLIVEIRA, 2019, p. 72) faz a caracterização da edificação após a intervenção da década de 1920.

(...) ecletismo, que por essa época começava a se despontar com a utilização de apliques decorativos em várias edificações da cidade (...). De composição extremamente simples, apresenta em sua planta um amplo espaço avarandado com arcada, que separa as lojas do pátio fronteiro, atualmente limitado pela construção de outro bloco (...). A construção em alvenaria de tijolo, com decoração em relevo elaborada em massa forte de reboco, apresenta uma parte em adobe, provavelmente aproveitada de uma antiga construção existente no local à época de sua instalação. As salas, todas fazendo fundo para o norte e abertas para o avarandado, têm garantido mais conforto pelo bom isolamento térmico, complementado pela cobertura de telha de barro sem forro, além do pé-direito mais alto que o normal. Na composição da fachada apreça ainda a utilização da platibanda, elemento de emprego corrente nas construções ecléticas, que, além de esconder o telhado, acrescenta um elemento a mais de decoração ao conjunto do edifício. (COELHO, 1999, pp. 83-84 apud OLIVEIRA; DANTAS; OLIVEIRA, 2019, p. 72).

Figura 4 - Vista geral do Mercado Municipal após a remodelação eclético/neoclássico. Nota: Ornamentação simétrica, distribuída a partir do centro da edificação; pode-se reparar, à esquerda, a caixa d'água e o muro que separava os tropeiros.



Fonte: Acervo Fundação Frei Simão (sem data).

A despeito das novas características estilísticas, que mais se concentraram na composição da fachada que no agenciamento interno, é oportuno mencionar a Lei nº 2.985, de 23 de junho de 1918 que, entre outros critérios para edificações na cidade de Goiás – uma espécie de código de obras com indicações de parâmetros urbanísticos – sugeriu que as novas construções fossem realizadas ao “gosto moderno” (GOIÁS, 1918, p. 2), diversamente do estilo colonial.

Embora seja a edificação mais notória e configure uma espécie de imagem mental do Mercado Municipal e cartão turístico da cidade, o bloco eclético não é o Mercado, é parte dele. Ainda no começo do século XX o Mercado já abarcava um complexo de “edifícios de estilos coloniais e ecléticos, edifícios do tipo sobrados (dois pavimentos), pátio, um muro, uma caixa d'água” (OLIVEIRA; DANTAS; OLIVEIRA, 2019, p. 80).

As dinâmicas comerciais eram bastante determinadas pela relação urbano/rural entre os séculos XIX e começo do XX, o que dá relevância à atividade dos tropeiros. Obviamente isso se reflete na estrutura espacial do Mercado, de forma a viabilizar o comércio enquanto prática social.

Com isso, um grande pátio acabou sendo conformado na frente do edifício principal, que passaremos a chamar de bloco A. Segundo Oliveira, Dantas e Oliveira (2019), um muro separava a parada dos animais e das cargas do bloco eclético, que passaremos a chamar bloco A; esse elemento constituía não apenas uma barreira física para os animais, mas uma divisão dos usos sociais do edifício.

Com o declínio da atividade tropeira, a expansão urbana e a conseqüente expansão do comércio que demandou aumento de salas comerciais, foram construídos dois blocos entre os anos 1960 e 1970 (OLIVEIRA; DANTAS; OLIVEIRA, 2019). Ambos foram edificadas paralelos ao bloco A onde se configurava o pátio dos tropeiros. O primeiro, que chamaremos bloco B, foi construído sobre o muro e o segundo, que chamaremos bloco da rodoviária, foi edificado um pouco mais adiante, também paralelo ao primeiro.

Figura 5 - Vistas das edificações posteriores do conjunto Mercado Municipal. Nota: Na imagem da esquerda, no centro à direita nota-se o bloco B avarandado e uma vista parcial do bloco A aos fundos; na imagem da direita, no plano da lateral esquerda da foto nota-se a edificação da antiga rodoviária com marquise e platibanda e no plano da lateral direito vemos edificações preexistentes adaptadas ao uso comercial.



Fonte: Arquivo Escritório Técnico do Iphan em Goiás (1990, data aproximada).

Os dois novos edifícios não apresentaram nenhum requinte arquitetônico sem haver nenhuma tentativa de diálogo estilístico com o bloco A. Ambos com características de galpão foram divididos em salas comerciais, sendo o bloco B edificado com um pequeno avarandado com beiral e telha francesa, e o bloco da rodoviária com marquise e platibanda. Este último ainda funcionou como ponto de táxi e rodoviária, uma vez que os ônibus de passageiros faziam parada ali – no entanto, não se sabe desde quando.

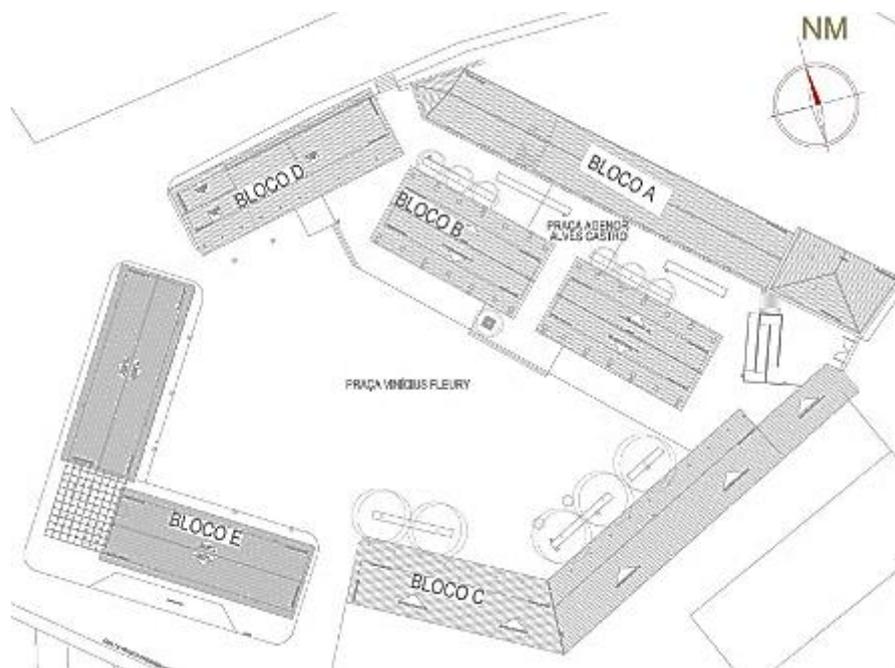
Notam-se ainda na imagem acima que outros blocos faziam parte do complexo. O bloco C tomou forma na medida em que imóveis adjacentes foram ocupados enquanto salas comerciais. Já o bloco D foi surgindo sem muito planejamento, ao estilo “puxadinho”, com diversas tipologias arquitetônicas no mesmo volume: alinhamentos, altura de cumeeira, tipo de cobertura em telha cerâmica francesa ou fibrocimento, caracterizando um todo bastante heterogêneo (observar o plano na borda esquerda da imagem à esquerda na Figura 5).

Figura 6 - Vista área do conjunto edificado do Mercado Municipal antes da intervenção de 2014/2016 (destacado em amarelo).



Fonte: Google, 2011, editado pela autora (2020).

Figura 7- Implantação do Mercado Municipal executada na obra de 2014/2016



Fonte: IPHAN (2013, fl. 191).

Ainda nas fotografias encontradas, assim como se observam em imagens de satélite Google antes e depois de 2001 (Figuras 6 e 14), reiterando a tese de que as cheias do Rio Vermelho foram determinantes na paisagem do Mercado Municipal, existia ainda um bloco comercial, paralelo ao bloco D, mas do outro lado da Av. Dom Prudêncio, imediato à margem esquerda do mesmo rio, cuja data de construção é desconhecida (observar poligonais vermelhas na Figura 6).

Segundo Oliveira, Dantas e Oliveira (2019), “na última enchente, ocorrida em 2001, dos 119 edifícios impactados em diferentes estágios (pequeno, médio e grande portes), 13 estavam localizados no complexo que abrange o Mercado Municipal (...) a menos de 50 metros da margem esquerda do Rio Vermelho” (OLIVEIRA; DANTAS; OLIVEIRA, 2019, p. 83). A reconstrução das edificações destruídas pela enchente não foi realizada, bem como as estruturas remanescentes foram demolidas atendendo ao parecer elaborado pela Defesa Civil (TAMASO, 2007, p. 460). O entendimento da Prefeitura Municipal de Goiás, assim como do Ministério Público, é de que esses imóveis ocupavam áreas irregulares, o que está em conformidade com o atual Plano Diretor (de

1996) e com a Portaria Regional IBPC1 nº 001/1993 que orienta os critérios de intervenção no centro histórico, ambas normativas que estabelecem área non aedificandi dentro de 50 metros de distância do talvegue do Rio Vermelho.

Figura 8 - Imagens da enchente do Rio Vermelho do ano 2001 e da destruição de edificações do Mercado Municipal imediatamente às margens do Rio Vermelho.



Fonte: Tamaso (2017, p. 468) apud Oliveira; Fonseca (2019, p. 116).

Se em algum momento os blocos do outro lado da Av. Dom Prudêncio romperam com alguma lógica de implantação voltada para o pátio (pode-se pensar que originalmente ao largo), a ruína dessas edificações condicionou o retorno de certa coesão, pelo menos no nível de implantação do complexo voltado para si. Porém, a leitura arquitetônica não permitiria a mesma inferência, uma vez que os blocos não apresentavam uma linguagem arquitetônica uníssona. O bloco A evidentemente se destacava pela sua riqueza ornamental e certa imponência. Os demais blocos não dialogavam em termos de volumetria, ritmo nem cobertura. Apresentavam os mais diversos tipos de materiais, elementos construtivos e volumetrias: blocos com beiral, com platibanda, marquise, diversas relações com o espaço aberto adjacente: comércios avarandados, outros alinhados ao passeio, etc. O que unia os diversos blocos enquanto Mercado Municipal, até então, era a circulação de pessoas e o uso.

¹ Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, como em 1993 era denominado o atual IPHAN.

A conformação atual dos blocos do Mercado Municipal é bastante recente, decorrente de uma obra realizada através do Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas (PAC-CH), finalizada em 2016. Limitar-nos-emos a chamar de obra ou intervenção, embora oficialmente denominado Restauro do Mercado Municipal e nos reservamos a não aprofundar o debate sobre a categoria de intervenção que foi realizada no complexo de blocos e espaços livres. As motivações do projeto arquitetônico, assim como a análise da nova conformação espacial conforme os princípios de Sitte, serão objeto de discussão nos títulos que se seguem.

INTERVENÇÃO 2014-2016

O projeto arquitetônico de intervenção no Mercado Municipal foi elaborado por uma equipe técnica vinculada à execução do Programa Monumenta² na cidade em 2009, atendendo aos anseios de melhorias do espaço, tanto pelos permissionários como pelos usuários em geral, inclusive turistas. À época, relatórios da Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros já apontavam a deterioração geral dos espaços: vulnerabilidade estrutural em alguns pontos, precariedade evidente das instalações hidrossanitárias, elétricas e de drenagem, inadequação às normas sanitárias, entre outros.

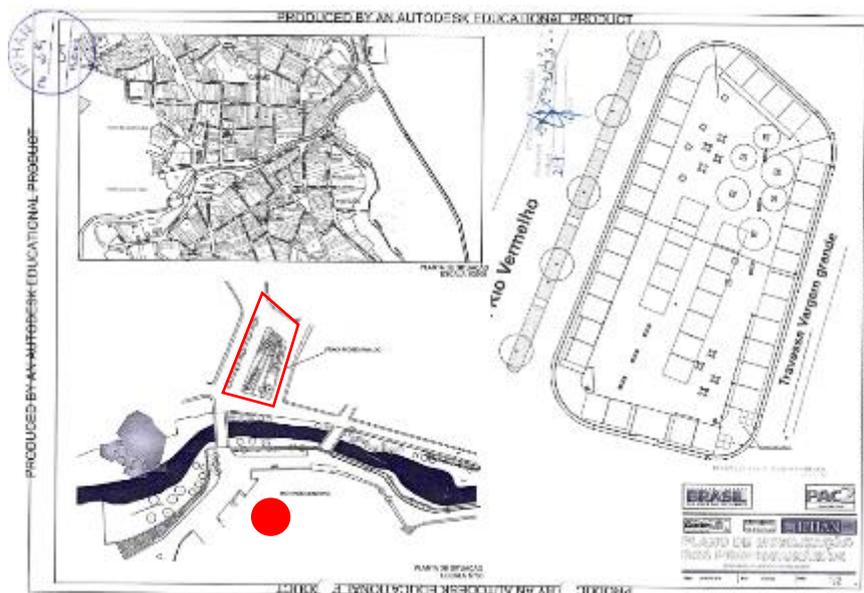
Ainda que o estado de conservação já exigisse uma intervenção, a obra só foi realizada posteriormente dentro de um novo programa na agenda política da preservação do patrimônio cultural em âmbito federal, o PAC-CH, que, por sua vez, destinou os recursos necessários para a execução em 2014. O projeto arquitetônico nos interessa particularmente, uma vez se trata da atual conformação do Mercado Municipal, cuja solução dada alterou a implantação e, conseqüentemente, diversas relações espaciais. Essa solução, por se tratar de intervenção em bem cultural, esteve pautada em princípios que se relacionam com o próprio histórico do Mercado Municipal – da sua ocupação, mas também com as relações sociais que ali se desenvolvem. Neste

² Programa federal no escopo das políticas de preservação do patrimônio cultural que teve início nos anos 2000 com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para saber mais: <http://portal.iphan.gov.br/>

sentido, conquanto o Mercado seja lugar de “trocas comerciais, conversas, fofocas e consumos” (OLIVEIRA, 2014, p. 86), compreender sua forma arquitetônica urbanística é fundamental para compreender “práticas sociais que envolvem o comportamento cultural-cotidiano das famílias e amigos que estão presentificadas no seu interior” (Ibid., p. 90).

Um fato curioso que ocorreu durante a obra endossa o que Oliveira (2014) diz sobre o fato de “ações e relações sociais que ‘efetivamente acontecem’ em determinados contextos espaciais” (OLIVEIRA, 2014, p. 163). A realização da obra em todo o complexo era prevista para ser realizada em nove meses, com a instalação de um Mercado provisório, em estrutura metálica, na Praça Padre Arnaldo. Aconteceu que os permissionários do Mercado não acataram a proposta e uma difícil estratégia de canteiro teve que ser criada para que a obra ocorresse com a presença e funcionamento dos comércios.

Figura 9 – Imagem do projeto do Mercado provisório. Nota: Previu-se a instalação de módulos metálicos para os permissionários na Praça Padre Arnaldo (linha vermelha), localizada a menos de 100 metros do Mercado Municipal (ponto vermelho).



Fonte: IPHAN (2013, fl. 219).

Dividia em várias etapas, com remanejamento dos permissionários, a obra perdurou por mais de 27 meses. Porém, os usos e as referências simbólicas e imateriais mantiveram (e fortaleceram) sua relação com aquele espaço físico, suporte material sem o qual não fariam sentido (MENESES, 2012).

Sumariamente, o projeto arquitetônico do Mercado Municipal consiste na alteração da implantação do complexo. Obviamente, ocorrem as especificidades do restauro do bloco A e as adequações dos demais blocos que propuseram uma legibilidade ao todo. Para entender o conceito projetual, vale a pena recorrer ao entendimento que os arquitetos tiveram da então estrutura do Mercado.

O projeto inicial do Mercado planejou a construção de único bloco com grande circulação, avarandado e em arcos. O edifício passou por várias reformas e sucessivas ampliações. Foram construídos outros blocos com características completamente diversas e distintas do edifício principal. Atualmente, o Mercado se assemelha mais a um grande “galpão” com vários blocos incorporados que prejudicaram bastante a sua implantação e projeto inicial. IPHAN (2013, fl. 191).

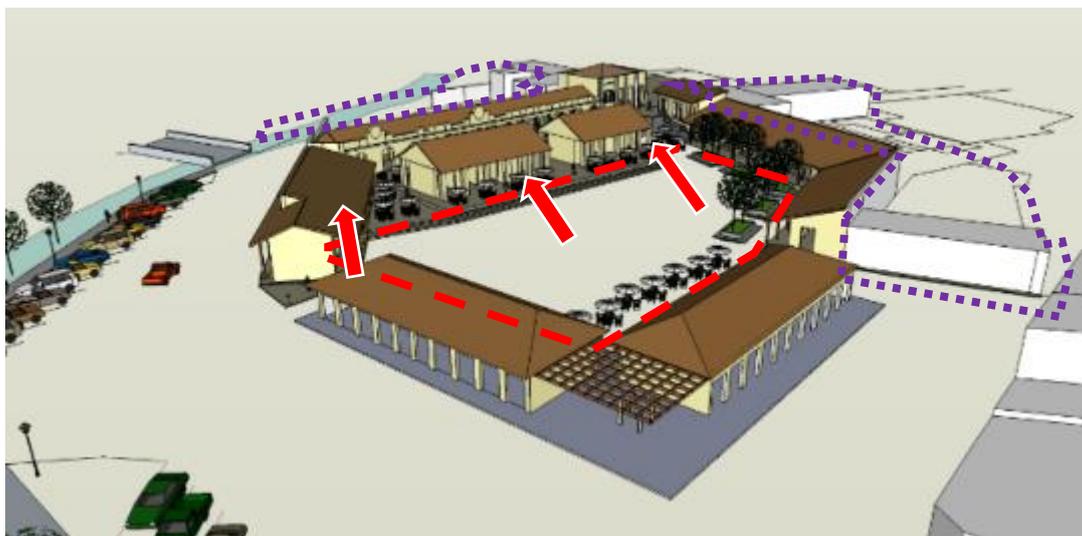
O conceito do projeto leva em conta duas questões elementares: a recriação do espaço vazio do largo (ainda que não em sua forma original, uma vez que foi mantido o bloco B, edificado sobre a parada dos tropeiros) e o protagonismo do bloco A, com as diretrizes de abertura de perspectivas nos demais blocos e a integração da arquitetura dos demais. (IPHAN, 2013, fl. 7).

A abertura de perspectivas, como o rompimento central do bloco B, bem em frente a ornamentação central do bloco A, foi limitada em função de se manter um número mínimo de espaços comerciais; também foram demolidas áreas que estrangulavam a circulação e instalações sanitárias precárias. O bloco da rodoviária foi completamente demolido, justificado pelo comprometimento estrutural; entendeu-se que ele obstruía a perspectiva do largo. Um novo bloco

E foi construído, formado pelas extensões dos blocos C e D, que se encontram de forma perpendicular, ampliando e encerrando o largo IPHAN (2013, fl. 191) (ver Figuras 7 e 10).

Esta foi uma decisão bastante polêmica, não apenas pelo fato de qualquer demolição em área histórica ser incompatível com o senso comum de não se tolerar demolição da coisa tombada, especialmente quando realizada pelo próprio órgão de preservação, mas pela solução que, ao ampliar o largo (que passou a ser chamado de pátio central), acabou por estrangular o trânsito no cruzamento da Rua XV de Novembro com a Av. Dom Prudêncio. Ainda que a implantação do bloco E considerasse o raio de giro do ônibus, prevendo a manutenção da rodoviária (que não permaneceu e as razões para tal não constam nas fontes pesquisadas) e o fluxo de automóveis, houve bastante resistência da população num primeiro momento.

Figura 10 - Vista panorâmica da maquete digital do Mercado Municipal, com destaque para o pátio central, demarcado no tracejado vermelho. As setas apontam as perspectivas criadas para o bloco A com demolições parciais do bloco B; no tracejado roxo, volumetria das construções preexistentes adjacentes aos blocos A e C.



Fonte: IPHAN (2013, fl. 191).

Quanto aos demais blocos, houve uma remodelação volumétrica de forma a dar legibilidade ao conjunto. Todos receberam um avarandado para circulação voltada para o pátio central, com cobertura tipo colonial apoiada em robustos esteios de madeira e pilares de concreto preexistentes no bloco B; as esquadrias, assim como o ritmo de vãos, foram padronizadas – especialmente nas fachadas voltadas para Av. Dom Prudêncio nos blocos D e E. Foram, portanto, suprimidos os elementos e componentes construtivos que conferiam uma miscelânea arquitetônica ao complexo, como: marquises, telha em fibrocimento, telha francesa, platibanda, esquadrias metálicas, anexos e quiosques IPHAN (2013, fl. 191).

O parecer de aprovação do projeto considera que houve uma “recuperação das feições espaciais mais significativas da história do Mercado Municipal de Goiás, redefinindo o seu grande pátio” (IPHAN, 2013, fl. 71) e que a demolição da rodoviária, a despeito do impacto por ser um lugar de referência urbana, traz consigo o restabelecimento de relações espaciais únicas e fundamentais para valoração e fruição dos valores arquitetônicos do Mercado (IPHAN, 2013, fls. 65-73). O documento ainda menciona que “o grande pátio de força morfológica concêntrica restabelece um uso específico e típico de mercado, onde as atividades passam a se relacionar entre si, (...) especialmente condicionados ao espaço que as contem” (IPHAN, 2013, fl. 71).

Estes trechos são particularmente interessantes, porque nos permitem inferir que os valores atribuídos ao Mercado Municipal enquanto bem cultural estão atrelados a sua morfologia – mais urbana que arquitetônica, inclusive. A recriação do pátio resgatando o conceito de largo vai de encontro aos valores históricos e também imateriais intrínsecos ao Mercado, pois proporciona um amplo espaço de múltiplas apropriações pelas diversas manifestações: eventos, festas, etc.

Retomando o Parecer Técnico nº 044/2013 (IPHAN, 2013), a construção do bloco E se tornou fundamental para definir o pátio enquanto espaço livre e, embora se imponha no espaço

urbano, “a simplicidade da arquitetura proposta revelada em suas formas contidas garantem a mimetização da intervenção” (IPHAN, 2013, fls. 65-73), assim como ocorreu nos demais blocos.

MERCADO MUNICIPAL E CAMILLO SITTE

Embora não tenha se debruçado sobre teorias do restauro, Camillo Sitte acabou se tornando uma referência para os chamados preservacionistas, a partir do seu estudo sobre a qualidade espacial das cidades antigas e suas considerações sobre a cidade moderna -monótona e pedante - postulada pelos intervencionistas. Mas, novamente, não se tratava de reproduzir a cidade antiga indiscriminadamente, mas de reconhecer e aplicar nos novos projetos àqueles elementos norteadores, mais que pré-dimensionamentos ou demais aspectos absolutamente tecnicistas que viriam conferir qualidade ambiental urbana.

Seu estudo enalteceu, sobretudo, o que hoje podemos chamar de espaços livres e sua relação com o conjunto edificado nas estruturas das cidades antigas. É possível associar a isso o conceito norteador da intervenção no Mercado Municipal de Goiás, evidentemente com as devidas ressalvas que adiante serão desenvolvidas. Alguns conceitos fundamentais que vêm à mente de imediato: a praça, o centro livre, a irregularidade e coesão da praça, as relações de proporção, entre outros.

A praça, na análise de Sitte é o elemento vital urbano, local da vida pública pulsante, que ao longo da história incluiu também a função de mercado, curiosamente sendo a função que deu maior sobrevida às praças, mas que vem sendo deslocada para pavilhões fechados na cidade moderna (SITTE, 1992). Recorrendo a Pausânias, Sitte deixa claro que “não se pode chamar de cidade um lugar onde não existam praças e edifícios públicos” (SITTE, 1992, p. 23).

Figura 11 - Vista geral do pátio central, recriado a partir do conceito de largo desde o acesso entre os blocos B e C. Notam-se os avarandados em primeiro plano à esquerda; avarandado do bloco B apoiado em esteios de madeira, igualmente ao bloco E (ao fundo); no plano lateral direito avarandado sobre estrutura de concreto no bloco B



Fonte: Acervo pessoal (2020).

A recriação simbólica do largo com a implantação de um pátio central no Mercado vai de encontro à compreensão de Sitte da praça enquanto espaço de vivência urbana. Não apenas pela intenção de criar um espaço apropriável por diversas manifestações imateriais (ainda que tenha virado estacionamento em horário comercial, a praça do Mercado abriga festividades populares como carnaval, afoxé, manifestações, eventos culturais, etc.), há também a intenção clara de se criar perspectivas, provocações ao percurso.

Sobre a intenção das perspectivas, desdobramos duas questões: uma da coesão e outra dos conjuntos de praças. Da coesão, ao que parece a solução do avarandado nos blocos B, C, D e E, construído para proporcionar ampla e confortável circulação, favoreceu a legibilidade do conjunto, além de trazer unidade arquitetônica ao complexo. As perspectivas dos acessos ao pátio permitem visualizar uma sequência uniforme de ritmos dos esteios de madeira que dão apoio ao beiral. O que se enxerga na Figura 11 vai de encontro à seguinte afirmação de Sitte (1992): “não esgotamos os métodos utilizados pelos antigos para manter coeso o fechamento de uma praça. Um motivo muito

empregado para se obter tal efeito é o pórtico com arcadas amplas encimadas por edificações, que possibilita uma excelente coesão da vista” (SITTE, 1992, p. 50). Mesmo que não se trate de arcadas e fazendo uma ressalva à topografia do sítio que movimenta o conjunto de edificações, ainda assim se percebe o ritmo que dita a coesão da vista.

Em tempos antigos todas as disposições e formas arquitetônicas citadas agrupavam-se espontaneamente como um sistema completo para o fechamento de praças, em oposição ao qual hoje observamos o empenho em se manterem as praças abertas. Com base no que vimos até agora, fica claro o sentido deste processo – o aniquilamento das praças antigas. Onde quer que tal projeto infelizmente tenha sido realizado, perdeu-se para sempre o efeito harmonioso do espaço como um todo coeso (SITTE, 1992, p. 53).

Figura 1 - Localização de busto na Praça Agenor Alves de Castro, espaço livre e de circulação entre os blocos A e B.



Fonte: Acervo pessoal (2020).

A respeito do conjunto de praças, identificou-se que a Praça Vinícius Fleury abrangia todas as circulações descobertas do Mercado Municipal, inclusive a Praça Agenor Alves Castro, no entremeio dos blocos A e B, onde está localizado um busto e onde havia canteiros antes da intervenção. Sobre a localização do busto, mesmo depois da obra, ele fora mantido no centro das áreas livres, tornando neutro seu efeito, que desaparece na grandeza da praça, ao invés de, conforme aponta Sitte (1992), reforçar o efeito do objeto de arte através do fundo neutro. As demolições dos acréscimos e quiosques junto aos blocos B, C e D e a abertura de perspectivas

fortaleceram a integração entre essa área e o pátio central, caracterizando um sistema de praças, ao qual se interliga ainda a Praça Zacheu Alves, conforme mostra a Figura 13 abaixo.

Figura 2 - Vista do Mercado antes da intervenção de 2014/2016 desde a ponte sobre o Rio Vermelho. O bloco da antiga rodoviária (seta) interrompera a espacialidade de áreas livres (do largo).



Fonte: IPHAN (2013, fl. 191).

Figura 14 - Vista área do conjunto edificado do Mercado Municipal após da intervenção de 2014/2016. Conjunto de praças; em roxo a Praça Vinícius Fleury, em amarelo a Praça Agenor Alves Castro, em vermelho a Praça Zacheu Alves (ou Largo da Igreja S. Francisco de Paula); as setas indicam as aberturas de perspectivas para o bloco A, que criaram áreas de integração entre as praças.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Este “sistema” faz com que o espaço do Mercado Municipal ofereça diversas perspectivas nos percursos, desde os seus acessos e no seu interior.

Fotografando-as de várias posições, pode-se obter mais e uma dúzia de imagens diferentes, cada uma delas mostrando um outro quadro, de maneira que dificilmente acreditamos serem todas elas da mesma praça. Faça-se o teste em uma praça moderna, rígida e quadrada! Não se obtém nem mesmo três fotos de conteúdo artístico, justamente porque a praça moderna, recortada no movimento protocolar de uma régua, não tem o menor conteúdo espiritual, somente uma superfície vazia, de tantos por tantos metros quadrados (SITTE, 1992, p. 74).

Este mesmo sistema também condiciona outra característica que Sitte (1992) versa a respeito da disposição dos conjuntos edificados: o centro livre. Esse princípio é bastante interessante no que diz respeito à compreensão do Mercado Municipal, pois ele é, ao mesmo tempo, evidente e controverso. A implantação original ou primeira (bloco A) claramente se adequa ao princípio, ainda que não fosse intencional. Isso permitiu que a sua fachada recebesse um requintado acabamento com ornamentação, concentrando o efeito em apenas um dos lados da edificação. O mesmo efeito ocorre no bloco C: ainda que sua fachada não tenha recebido o mesmo requinte, ele é contíguo às edificações vizinhas (ver destaque roxo na Figura 10). A abertura de perspectivas reforça o protagonismo desta fachada, partido do projeto de restauro.

Todavia, Sitte (1992) pondera que cada fachada imponente deve receber sua própria praça, o que acontecia no começo do século XX no Mercado, com a praça dos tropeiros. A construção do bloco B havia comprometido esse princípio - juntamente com o bloco E eles acabaram fragmentando a espacialidade da praça. A manutenção do bloco B na intervenção não proporciona a praça de dimensões dignas à imponência da fachada do bloco A. Porém, os rasgos no bloco B para abertura de perspectivas, no centro e extremidades, criam pequenas áreas de grande efeito, assegurando a monumentalidade do bloco, uma vez que, “como regra, quanto maior o espaço, menor o efeito” (SITTE, 1992, p. 61), pois “praças demasiado grandes tem sua influência mais nefasta sobre os edifícios que as circundam, pois esses nunca serão grandes o suficiente” (Ibid., p. 62).

Figura 3 - Vista do bloco A desde as perspectivas abertas pelas demolições parciais do bloco B .



Fonte: Acervo pessoal (2017).

Neste sentido, a modesta praça entre os blocos A e B parece suficiente para enaltecer o protagonismo do bloco A. Já o bloco B, que é visto de todos os lados, não precisou ter suas fachadas ornamentadas como princípio artístico; ele confere coesão ao pátio central justamente por apresentar uma arquitetura simples e se mesclar aos demais blocos com a repetição do ritmo e unidade da cobertura. Ao analisar as intervenções na forma do Mercado, verificamos que igualmente um mesmo princípio artístico pode se transformar: a construção do bloco B isolado contrariou o princípio do centro livre; no entanto, a recente intervenção possibilitou identificar outras relações de centro livre a partir deste mesmo bloco, distinguindo claramente o pátio central como espaço livre.

Além disso, o pátio central possui forma irregular, outro princípio que, segundo Sitte (1992), “encontra-se em seu gradual desenvolvimento histórico, (...) aumentam a naturalidade, estimulam nosso interesse e, sobretudo, reforçam o caráter pinturesco do conjunto” (SITTE, 1992, p. 63). O conceito de pinturesco que Sitte desenvolve ao analisar as qualidades espaciais é particularmente interessante ao compreender o Mercado Municipal, porque a ele podemos associar o caráter vernacular da cidade de Goiás. Segundo Sitte (1992), o encanto pinturesco é gerado por uma tal combinação do elemento pictórico na imagem urbana, associa pictórico ao pitoresco, ou seja, o refinamento e a sensibilidade artística ao trivial urbano.

Nos exemplos elencados, Sitte (1992) associa ao pinturesco elementos de conjunto edificado muito particulares das localidades em que estão inseridos. Daí, inferimos a relação com

as características vernaculares – que motivaram o reconhecimento da cidade de Goiás como Patrimônio Mundial em 2001, segundo os seguintes valores:

(ii) – com seu traçado e sua arquitetura, a cidade histórica de Goiás é um notável exemplo de uma cidade com características europeias admiravelmente adaptada às condições climáticas, geográficas e culturais da área central da América do Sul.

(iv) - Goiás representa a evolução de uma forma de estrutura urbana e arquitetônica representativa da colonização da América do Sul, que fez uso completo dos materiais e técnicas locais e conservou sua excepcional paisagem (OLIVEIRA, 2014, p. 53).

Ora, adaptação às condições locais e excepcional paisagem são atributos relacionáveis ao pinturesco.

A pouca importância da simetria rígida e da regularidade exata e geométrica para a criação de efeitos arquitetônicos e pinturescos já foi bastante enfatizada (...), pois todos os motivos são constituídos de maneira a se destacarem com clareza, garantindo a cada edifício o seu contrapeso e o seu equilíbrio (SITTE, 1992, p. 65).

O projeto de restauro, que resultou na atual forma do Mercado Municipal seguramente não foi elaborado segundo rígidas determinações geométricas sem abordar aspectos culturalistas³. Mesmo que as definições puramente formais, como o eixo de simetria em planta baixa (demolições no bloco B para abertura de perspectivas), o fechamento do polígono do pátio central, o ritmo vertical da estrutura dos blocos, pareçam puramente geométricas, elas são resultado da apreensão de lições da história e respeito ao sítio – condições espaciais, topográficas, estratigrafias arqueológicas – e ao usuário – acessibilidade, conforto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente não seria possível esgotar a leitura da forma urbana do Mercado Municipal em um artigo. Nem mesmo utilizando apenas uma abordagem de análise, no caso, dos princípios artísticos. Há uma potência espacial que requer maior complexidade metodológica de análise e que não seria possível de ser compreendida numa abordagem estritamente técnica. Mas

³ Camillo Sitte foi precursor da corrente de teóricos do chamado urbanismo culturalista, para saber mais ver: CHOAY, 2005.

do que já se esboçou acima, surgem algumas inferências interessantes: é inegável que o conjunto edificado sofreu transformações substanciais ao longo do tempo, determinadas pelo uso ou pela relação com o Rio Vermelho. O estado atual da forma urbana resgata a essência do largo, sem, no entanto, reconstruí-lo exatamente como ele existira inicial/originalmente. Do que se discutiu sobre os princípios artísticos do Mercado Municipal, parece que algumas lições do passado foram aprendidas e recuperadas enquanto essência da forma: o pátio central/largo, o protagonismo/fachada ornamentada do bloco A, a coesão do conjunto edificado e a legibilidade arquitetônica.

Sitte (1992) afirma que os antigos

trabalharam com liberdade no mesmo sentido, e a consonância entre suas obras decorre da facilidade com que reconheciam as medidas naturais, que lhes eram familiares pelo simples fato de suas escolhas e disposições serem feitas diretamente no local, já levando em conta os efeitos a serem alcançados (SITTE, 1992, p. 82).

Supostamente, os novos também consideraram as disposições que havia no local e dali levaram em conta os efeitos pretendidos para o Mercado Municipal. A força concêntrica do pátio central, conforme a análise do projeto de restauro elaborado pelo engenheiro do IPHAN Laércio Rocha (IPHAN, 2013, fls. 65-73), é exercida em função do equilíbrio nas relações espaciais entre destaque e neutralidade de uma harmonia coesa, provocando uma agradável impressão arquitetônica. Ainda assim o efeito do bloco A e a coesão de conjunto são evidenciados por diversas estratégias projetuais que trazem a noção original de simetria enquanto proporção, além dos princípios de dimensão das praças, conjunto de praças, centro livre (mesmo que esses princípios não sejam abordados puramente).

A grande contribuição de se esboçarem os princípios artísticos de Sitte na forma urbana do Mercado Municipal diz respeito ao fato de que não se pode compreendê-la abordando apenas uma visão, seja ela a técnica ou a artística. Nem mesmo pelo conflito entre essas duas possibilitará um profundo entendimento da forma, mas o diálogo dos aspectos e princípios levantados por ambas (entre outras metodologias de análise, obviamente) pode sinalizar alguns apontamentos interessantes. Choay (2007) consegue sintetizar muito bem essa inferência ao afirmar que “os

modelos dos antigos devem reviver hoje, e não como cópias conscienciosas; é examinando o que há de essencial em suas criações e fazendo sua adaptação às circunstâncias modernas” (CHOAY, 2007, p. 215).

Além destas reflexões, para se desenvolver sob outro viés, em outra oportunidade, podem-se trazer as lições da história e dos princípios artísticos e técnicos para a compreensão dos valores patrimoniais do Mercado Municipal. O que se sugere por enquanto é que o projeto de restauro parece ter conseguido sintetizar as lições da história da forma urbana, recriando elementos essenciais e atendendo às demandas contemporâneas, ele tem um grande potencial de (estar alinhado e) reconhecer os valores culturais identificados no Mercado pelo tombamento. Evidentemente, após aprofundamento teórico, essa inferência pode não passar de um devaneio inconsistente. De qualquer forma, fica a lição de se recorrer, enquanto projeto de arquitetura ou urbano, a escala humana e a intenção de efeitos como estratégia para se criar espaços, nas palavras de Sitte (1992): sedutores e deleitáveis.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Planta da cidade de Goiás*. Distrito Federal, 1985. Arquivo Histórico do Exército. Disponível em: <<http://www.arpdf.df.gov.br/19planta-da-cidade-de-goias/>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

ARQUIVO ESCRITÓRIO TÉCNICO DO IPHAN EM GOIÁS.

ARQUIVO FUNDAÇÃO FREI SIMÃO DORVI.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. Tradução Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 2007.

COELHO, Gustavo Neiva. *Iconografia Vila-Boense*. Goiânia: Editora UFG, 2013.

GOIÁS. *Lei nº 2.985, de 23 de junho de 1918*. Código de Posturas. Goiás, 1918.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). *Financiamento de obras de intervenção em imóveis privados (Restauração do Mercado Municipal)*. Processo 01516.001031/2013-63. Goiás: IPHAN, 2013. Disponível em:<https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9>

S3DJGLI0dpQiISEQL4RclCP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrc-boq6D0MjVAXuzAllpRiHu_6t-owMMh8yKegcKNSjmee8St>. Acesso em: 28 out. 2019.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: *Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, I., 2009, Ouro Preto. Anais... Brasília: IPHAN, 2012. p. 127-135.

OLIVEIRA, Karine Camila. *Parâmetros urbanísticos e a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás*. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

OLIVEIRA, Karine Camila; FONSECA, Thalita Pereira da. A não reconstrução na recuperação da paisagem cultural da cidade de Goiás. In: NEVES, Rachel Myrrha de Paula Silva; SILVA, Vânia Myrrha de Paula. (Orgs.). *Estudos brasileiros sobre patrimônio*. Belo Horizonte: Poisson, 2019. 1 v.

OLIVEIRA, Marcelo lury de. *Das margens ao centro histórico: patrimônios e turismo na perspectiva dos moradores das áreas periféricas na cidade de Goiás – Goiás*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

OLIVEIRA, Marcelo lury de; DANTAS, Cristiane Loriza; OLIVEIRA, Fernanda Fonseca Cruvinel. As transformações na paisagem: o Mercado Municipal da Cidade de Goiás. In: *Revista Mosaico*, Goiânia, v. 12, p.68-90, 2019.

SITTE, Camillo. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.

TAMASO, Izabela Maria. *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.



Submissão: 15 de junho de 2020
Avaliações concluídas: 22 de dezembro de 2020
Aprovação: 21 de junho de 2021

COMO CITAR ESTE ARTIGO?

OLIVEIRA, Karine Camila. O Mercado Municipal de Goiás segundo os princípios artísticos da cidade de Camillo Sitte. *Revista Temporis [Ação]* (Conexões Multidisciplinares em Educação). Cidade de Goiás; Anápolis. v. 21, n.2, p. 1-28, e-210201, jul./dez., 2021. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>. Acesso em: <inserir aqui a data em que você acessou o artigo>